

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.) *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.  
 GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARUANI, Margaret; Sorj, Bila (Orgs.). *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*. França: L'Harmattan, 2016.

*Fabiana Sanches Grecco*

### ANÁLISES INTERSECCIONAIS E CONSUBSTANCIAIS SOBRE O TRABALHO NO BRASIL E NA FRANÇA

Este texto apresenta uma resenha de dois livros publicados no ano de 2016, lançados com títulos e organizadoras diferentes, em dois países de línguas, continentes e contextos históricos, sociais e políticos diferentes, mas reunindo a mesma coletânea de textos.<sup>1</sup> Como resultado do colóquio internacional *Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate*, realizado no Brasil, no ano de 2014, os vinte e três textos publicados nos livros foram escritos por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e franceses, que se dedicam aos estudos sobre trabalho, gênero, relações sociais de sexo, classes sociais e “raça”, sob perspectivas interseccionais ou consubstanciais, e que mantêm relações acadêmicas. Assim, a publicação dessa coletânea recupera o relacionamento acadêmico entre a França e o Brasil na área das Ciências Sociais e o torna visível à comunidade acadêmica, sobretudo no que se refere aos estudos sobre as relações de trabalho.

No Brasil, a coletânea de textos foi publicada com o título *Gênero e Trabalho no Bra-*

*sil e na França: perspectivas interseccionais*, organizada por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi e publicada pela editora Boitempo (2016). Na França, ela foi publicada como *Genre, race, classe. Travailler en France et au Brésil*, organizada por Nadya Araujo Guimarães, Margaret Maruani e Bila Sorj e publicada pela editora L'Harmattan (2016). É importante dizer que, ao contrário do que pode sugerir uma leitura apressada dos títulos dos livros, os textos da coletânea não apresentam comparações entre os dois países, mas falam sobre questões relativas a um e a outro. Assim, as diferentes escolhas feitas pelas organizadoras das edições brasileira e francesa revelam alguns debates importantes tratados nos dois países.

No Brasil e na França, há, em certa medida, uma tradição de estudos que abordam como mulheres e homens são afetados de formas diferentes pelas dinâmicas das relações de trabalho ou como as relações de trabalho se apropriam das dinâmicas das relações de gênero ou relações sociais de sexo para expandir a exploração capitalista. Somado a isso, existe um esforço recente para se compreender como essas dinâmicas de trabalho e as relações de gênero ou relações sociais de sexo também se vinculam às questões raciais,<sup>2</sup> embora isso não seja algo realmente novo.<sup>3</sup> Tal tradição de estudos encontra lugar em ambos os países, sobretudo, nessa rede de pesquisadoras e pesquisadores que dialogam por meio de diferentes pontos de vistas teóricos e metodológicos, mas que parecem apontar para o mesmo problema: a incompletude dos estudos sociais sobre as relações de trabalho, centrados em uma determinada concepção de classes sociais que parece ser compreendida de forma isolada e acima de qualquer outra relação social de poder.

<sup>1</sup> Esta resenha foi elaborada com base nas duas edições da coletânea e na exposição da pesquisadora Helena Hirata, na ocasião do lançamento da edição brasileira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizado na mesa redonda “Gênero, Trabalho e Feminismos”, no dia 29 de novembro do ano de 2016.

<sup>2</sup> Também são recentes, mas menos analisadas, as articulações entre trabalho, “raça”, gênero (cis e trans) e sexualidade, religião, idade, condições físicas, entre outras questões, que são, de alguma forma, apropriadas para reforçar e aprofundar a exploração capitalista.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: Saffioti, 1987; Crenshaw, 1989; Kergoat, 2010.

Parece, nesse sentido, que o texto inaugural da coletânea, escrito pela pesquisadora e socióloga francesa Danièle Kergoat, evoca justamente o debate sobre duas das principais formulações presentes nos estudos contemporâneos sobre os vínculos possíveis entre tais relações sociais de poder. Refiro-me, aqui, ao debate sobre dois conceitos: o de *interseccionalidade* e o de *consustancialidade*. Embora muitas vezes usados como sinônimos, o primeiro (de tradição estadunidense) remonta ao debate do *Black Feminism* e tem como principal referência acadêmica um texto escrito por Kimberle Crenshaw (1989). Já o segundo (de tradição francesa) tem maior relação com o feminismo materialista e sua formulação foi feita pela própria Danièle Kergoat (2010).

Conforme entende Kergoat, o conceito de interseccionalidade pareceria vincular gênero, “raça”, classe, entre outros conceitos, de uma forma um tanto quanto geométrica e adaptável. Assim, os vínculos possíveis entre variadas relações sociais de poder dependeriam da realidade social que estaria sendo analisada. De modo diferente, o conceito de “consustancialidade” proporia uma coconstrução entre as relações sociais de sexo, as relações sociais de classe e as relações sociais de “raça”. Tais relações sociais seriam operadas por meio de uma tríade: opressão, dominação e exploração. Nesse caso, nem a separação e, menos ainda, a dissociação entre essas relações sociais seriam possíveis.<sup>4</sup>

Para além dessas diferenciações, o debate em torno desses conceitos está sendo apontado como um espaço de disputas, uma tensão entre feminismos. Isso parece estar evidenciado nas escolhas dos títulos de ambas as edições, diante das quais a edição brasileira parece ter feito sua escolha, apesar de os textos da coletânea se dividirem entre um e outro conceito, e entre outras formas de se vincular gênero, relações sociais de sexo, classes sociais,

“raça”, idade, local de nascimento, escolaridade, mesmo que não os mencione.

É nesse sentido que Antonio Sérgio A. Guimarães discute como classes, “raças” e sexos passaram a ser entendidos como construções sociais e não mais como algo relacionado à natureza. Jules Falquet, por sua vez, fundamentada no feminismo materialista e em uma abordagem chamada “imbricação das relações sociais”, discute em que medida o assalariamento e a profissionalização das atividades “femininas” permitiriam algum progresso para a situação das mulheres trabalhadoras. Já a pesquisadora Adriana Piscitelli se vale do conceito de interseccionalidade para discutir as experiências das migrantes brasileiras que trabalham em atividades de cuidados na Espanha.

Dentro do mesmo sentido, de um lado, Margaret Maruani e Monique Meron apresentam dados importantes sobre o trabalho das mulheres na França no período entre 1901 e 2011. Entre eles, a evolução das taxas de atividade na França, por sexo e idade no período. Rachel Silveira discute as diferenças salariais entre mulheres e homens na França, onde a diferença chega à 27%. De outro, Nadya Araujo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito discutem os dados sobre a participação das mulheres na chamada “mercantilização do trabalho” no Brasil, nos últimos 50 anos, e estabelecem comparações com outros países como Argentina, França e Estados Unidos. Guimarães e Brito apresentam dados importantes também sobre cor. Lena Lavinias, Ana Carolina Cordilha e Gabriela Freitas da Cruz debatem as assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil, no período entre 2003 e 2014, apontado como um período positivo do ponto de vista econômico e social. A conclusão a que chegam é a de que as dinâmicas de gênero se mantiveram praticamente inalteradas, com melhoras bastantes “modestas”.

Laís Abramo e María Elena Valenzuela abrem o debate sobre outro tema igualmente importante tratado nos livros: a relação entre o trabalho e os usos do tempo. Com a análise

<sup>4</sup> É importante lembrar que, dentro de uma problemática parecida, a socióloga brasileira Heleith I. B. Saffioti formulou a ideia de “simbiose” entre patriarcado, racismo e capitalismo (1987), um “nó” entre gênero, “raça” e classe (1997).

voltada ao trabalho de *care* na América Latina e Caribe, as autoras discutem a problemática entre o trabalho, os cuidados, os usos do tempo, a família e o envelhecimento. Isto é, os problemas vinculados à conciliação entre a “vida laboral” e a “vida familiar”. Voltam o olhar para a chamada “crise do cuidado” e os serviços de cuidado infantil. Já na França, Monique Meron apresenta dados sobre as mudanças de uso do tempo na França e desenvolve um debate conceitual sobre as noções de trabalho e atividade, decorrentes da dinâmica entre trabalho remunerado e trabalho doméstico no país.

Aprofundando o debate sobre tema da relação entre o trabalho e os usos do tempo, Maria Betânia Ávila analisa a questão do tempo do trabalho doméstico remunerado no Brasil. A autora lembra a importância de duas dimensões do tempo: a do cotidiano e a do tempo histórico. Além disso, ela debate a tensão entre servidão e cidadania, que é produzida a partir dessas duas temporalidades. Para a autora, o sentido da cidadania está no reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, e o sentido da servidão está na concepção de “disponibilidade permanente” das mulheres para servir, além da associação com a escravidão da população negra. Assim, além da dimensão de gênero, Ávila faz ressalvas importantes sobre questões referentes a “raça” e classe, discutindo ainda, questões relativas à organização política das empregadas domésticas no país.

Em outro eixo, as autoras Alice Rangel de Paiva Abreu, Maria Coleta F. A. de Oliveira, Joice Melo Vieira e Glaucia dos Santos Marcondes apresentam dados sobre a participação das mulheres na área das ciências e tecnologias no Brasil, por meio de uma reconstrução dos avanços recentes das mulheres em relação às desigualdades de gênero. Dentro do mesmo tema, Maria Rosa Lombardi e Débora de Fina Gonzalez debatem a participação das mulheres na área de engenharia no Brasil. Dentro de um debate próximo, Nathalie Lapeyre analisa a implantação de uma “política de diversidade” em uma empresa que constrói e comercia-

liza aeronaves na França. Ainda em termos de carreiras, Liliana Segnini debate questões relacionadas às carreiras de mulheres musicistas, em um campo apontado pela autora como predominantemente masculino.

O texto escrito por Helena Hirata apresenta dados importantes sobre o trabalho domiciliar de cuidados no Brasil e na França. Hirata destaca a problemática da migração e da racialização nessas atividades em ambos os países, e, além disso, apresenta um debate sobre as teorias sobre os cuidados. Olhando para a França, para o trabalho de cuidados, Aurélie Damamme faz uma análise sobre diferentes responsáveis pelos cuidados de pessoas com “comprometimentos cognitivos em sentido amplo” na França, e suas relações com o tempo. Angelo Soares, por meio de pesquisas realizadas no Québec, analisa a dinâmica confiança ou desconfiança no *care*, que seria perpassada por relações sociais de classe, gênero, idade e “raça”. Com base em um debate apontado no texto de Hirata sobre a extensão do conceito de cuidados, Luz Gabriela Arango apresenta uma pesquisa sobre os serviços estéticos direcionados às pessoas negras no Brasil.

Traçando relações necessárias entre os trabalhos de cuidados e as políticas sociais, Marc Bessin analisa questões sobre temporalidades, idades e cuidados para propor uma reflexão sobre o Estado social. Em seguida, Guida Grin Debert propõe um debate sobre as políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil. Já o texto de Bila Sorj relaciona o debate sobre cuidados com ações de combate à violência no Brasil, como o programa Mulheres da Paz, implementado em comunidades do Estado do Rio de Janeiro e voltado ao combate da violência, em especial, as que atingem as mulheres jovens. Finalizando a coletânea, Florence Jany-Catrice debate a chamada Economia do Cuidado nos termos de uma transformação de “necessidades coletivas” em questão econômica, de “consumo”.

A conclusão a que se chega, assim, é a de que se trata de uma coletânea importante

para os estudos sobre as relações de trabalho no Brasil e na França, que vem reforçar importantes laços acadêmicos entre os dois países, mas que, além disso, parece conter uma parte significativa dos principais referenciais teórico-conceituais contemporâneos. Isto é, a leitura dos livros parece ser indispensável àquelas e àqueles que se dedicam aos estudos e reflexões sobre as relações de trabalho e os vínculos possíveis que esses estudos possam estabelecer. Se há críticas a serem feitas, por fim, são as de que a maior parte dos textos parece estar bastante centrada na relação entre trabalho e gênero e ainda pouco avançada no que poderia ser uma

análise preocupada com relações sociais de classe. Isto é, as relações sociais de classe não ficam evidentes em parte dos textos da coletânea. Além disso, parece haver pouco aprofundamento em questões relativas às relações sociais de “raça”, sobretudo, nos textos referentes à França. Por último, a coletânea ainda expressa a insuficiência dos estudos que relacionem trabalho e sexualidade, e trabalho e gênero *trans*.

Recebido para publicação em 23 de março de 2017  
Aceito em 17 de agosto de 2017

**Fabiana Sanches Grecco** – Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – Campus Marília). Desenvolvendo pesquisas na área de estudos do trabalho e gênero. Publicação recente: *Uma crítica à economia solidária e feminista*. Revista Lutas Sociais, v. 20, n. 36 (2016). fagrecco@gmail.com